



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681301 - SP (2021/0226020-0)

RELATOR : **MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**
IMPETRANTE : ANA JULIA RODRIGUES TOZZO E OUTRO
ADVOGADOS : ANA JULIA RODRIGUES TOZZO - SP404984
ANA CRISTINA TOSTA BARRETTO - SP381873
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RODRIGO DONZELLI CANAZZARO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODRIGO DONZELLI CANAZZARO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (*Habeas Corpus* n. 2073515-05.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime descrito no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. A prisão foi convertida em preventiva.

O Tribunal estadual denegou a ordem com base nos seguintes argumentos (fls. 81/83):

Consta dos autos que, no dia 8 de março de 2021, policiais militares receberam denúncia de que na residência situada na Rua Alfredo Waldemarin n. 1270, bairro Pereirinha, em Penápolis, alguns indivíduos estavam vendendo drogas e que um deles trajava shorts preto e camiseta verde, razão pela qual dirigiram-se ao local noticiado e, lá chegando, avistaram várias pessoas na frente da casa, sendo uma delas o corréu Aparecido de Araújo Francisco, que usava as vestes informadas. Efetuada a abordagem, em revista pessoal, nada de ilícito foi encontrado em poder do ora paciente, mas, com o corréu, os policiais apreenderam a importância de R\$ 152,25. Indagados, Rodrigo admitiu que possuía entorpecente, para uso pessoal, guardado em sua residência, mais especificamente, na geladeira, e franqueou a entrada aos milicianos, que lá encontraram uma porção de maconha, na forma de tablete, e, em cima do eletrodoméstico, a importância de R\$ 29,00. Os policiais também encontraram embaixo da pia da cozinha, dentro de um cesto de roupas sujas, uma balança digital, outros dois tablets de maconha, sem embalagem, e treze porções menores da mesma droga, embaladas em plástico, todo o entorpecente pesando o total de 245,79 g. Por

fim, sobre a pia da cozinha, os milicianos localizaram uma faca e recortes plásticos semelhantes aos utilizados para embalar drogas. Ante o relatado, conclui-se que a prisão do paciente não é ilegal, eis que presentes os requisitos previstos no artigo 302, do Código de Processo Penal, estando o flagrante formalmente em ordem.

(...)

Por outro vértice, verifica-se que tanto a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, assim como a que a manteve, não ostentam qualquer vício de fundamentação, satisfazendo plenamente as exigências do artigo 93, inciso IX, da Constituição Federal, sendo consistentes e juridicamente corretas as razões invocadas pela autoridade impetrada, de sorte que não comportam alteração.

Referidas decisões estão devidamente fundamentadas, pois embasadas na existência de prova da materialidade do crime, demonstrada pelo auto de exibição e apreensão (fls. 11/12) e pelo auto de constatação (fls. 14/16), e de indícios da autoria, consistentes nos depoimentos dos policiais militares (fls. 2/3), agentes públicos que gozam da presunção de idoneidade no exercício da função e em relação aos quais, até então, não pesa qualquer suspeição, além da admissão do paciente de que, realmente guardava entorpecente em sua residência, alegando, contudo, que se destinava ao seu próprio consumo e não à mercancia ilícita (fls. 5).

Os impetrantes sustentam que a prisão em flagrante encontra-se eivada de nulidade e que falta fundamentação idônea para manter a prisão preventiva do paciente.

Requerem, liminarmente, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, o reconhecimento da ilegalidade da prisão em flagrante e a determinação de desentranhamento do inquérito policial dos autos. No mérito, pugnam pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente